



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

*156^a REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL*

- CNPS -

Brasília, 22 de julho de 2009

Esplanada dos Ministérios | Bloco F | sala 902 | Brasília – DF

(Notas Taquigráficas)

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 156ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 22 de Julho de 2009.

LOCAL: Ministério da Previdência, 9º andar, sala 902.

I – PRESENCAS

Representantes do Governo

MPS – José Barroso Pimentel
MPS – Helmut Schwarzer
MPS – Carlos Eduardo Gabas
MPS – Valdir Moysés Simão
MPS – Benedito Adalberto Brunca
MPS – Ricardo Pena Pinheiro
MF – Felipe Augusto Trevisan Ortiz
MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAP – Jerônimo Rodrigues Filho

Representações dos trabalhadores em atividade

UGT – José de Sousa Vilarim
CONTAG – Evandro José Morello
FORÇA SINDICAL – Nilson Santos Bahia

Representação dos empregados

CNI – Marco Antônio Reis Guarita
CNF – Ronaldo Tadeu Teixeira
CNC – Roberto Nogueira Ferreira
CNM – Laize Carvalho Palhano X. de Souza
CNA – Danielle Silva Bernardes

Convidados

INSS – CGDFC – Áurea Viana Neto
DATAPREV – Hermes Palácios Dourado
COFC-MPS – José Luiz Barreto Júnior

Ausências

CUT – Maria Júlia Reis Nogueira
SDS – Vago
CONTAG – Alessandra da Costa Lunas
CNT – Sérgio Antônio Ferreira Victor

1 **II – ABERTURA**

2
3 Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Ministro José Barroso Pimentel (MPS) abriu a
4 156ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, desejando um
5 bom dia aos Conselheiros. Expressou sua satisfação em receber o Sr. Márcio Augusto
6 Meira, Presidente da Funai, para a assinatura do Termo de Cooperação Técnica sobre o
7 Cadastro Nacional dos Povos Indígenas e o Senador Augusto Botelho, integrante da
8 Comissão Mista da União. Ele lembrou que a assinatura do Termo de Cooperação Técnica
9 fazia parte de um conjunto de ações para o reconhecimento automático do direito
10 previdenciário, iniciado em janeiro 2009. O Sr. Ministro informou que devido a um
11 compromisso na Procuradoria-Geral da União teria que se ausentar da reunião.
12

13 **III – EXPEDIENTE**

14
15 Ao tratar da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, o Excelentíssimo Senhor
16 Ministro José Barroso Pimentel (MPS) lembrou que a assinatura do referido termo fazia
17 parte de um conjunto de ações para o reconhecimento automático do direito previdenciário,
18 iniciado em janeiro 2009, e que pôde ser acompanhado por todos os conselheiros
19 presentes. Segundo ele, tal reconhecimento se encontra totalmente implantado.
20 Aproveitando o ensejo ele fez uma pequena retrospectiva do tema, ressaltando o acordo
21 firmado com o Banco do Brasil em maio de 2009. Em seguida passou a palavra ao Sr.
22 Carlos Eduardo Gabas, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, que
23 saudou a todos os presentes e ressaltou que o esforço por parte dos órgãos públicos em
24 facilitar o acesso dos cidadãos aos seus direitos é de extrema importância. Destacou ainda
25 o empenho por parte do Ministério da Previdência Social, sob o comando do Ministro José
26 Pimentel, que tem sido o grande articulador de todas as forças públicas para que o direito do
27 cidadão seja reconhecido e respeitado. Fez agradecimentos ao Senador Augusto Botelho
28 por representar a referência do Ministério da Previdência dentro do Senado Federal.
29 Parabenizou o Sr. Márcio Augusto Meira, da Funai, por ter aceitado o desafio e pela ajuda
30 aportada na caminhada por reconhecimento dos cidadãos. Em sua fala, o Sr. Valdir Moysés
31 Simão, presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ressaltou que a assinatura
32 do Acordo supracitado era um importante passo para o preenchimento de lacunas
33 existentes no Cadastro de Informações Sociais, sobretudo se fosse considerada a
34 especificidade dos povos indígenas e seu acesso aos benefícios previdenciários. Ele
35 lembrou que também é objetivo do Ministério da Previdência Social alcançar também
36 públicos como os produtores rurais de até quatro módulos fiscais; pescadores; e, também,
37 os extrativistas. O Senador Augusto Botelho expressou sua felicidade em ver a evolução no
38 trabalho para resgatar a cidadania do brasileiro. Ele lembrou que os indígenas ainda
39 encontram inúmeras dificuldades, a despeito de todos os esforços empreendidos pela Funai.
40 O Sr. Ministro passou então à palavra ao presidente da Funai. O Sr. Márcio Augusto Meira
41 (Funai) agradeceu, em nome da equipe da Funai e em nome dos povos indígenas, ao
42 Ministério da Previdência, à equipe do INSS e a todos os que de forma muito especial se
43 dedicaram para que este momento pudesse ter sido possível. Ele afirmou que se trata do
44 início de um processo de mudança do acesso dos povos indígenas a um direito básico e de
45 fundamental importância. Mencionou ainda o crescimento da população indígena e como
46 isso representaria um desafio grande para que a missão da Funai pudesse ser cumprida
47 conforme a determinação do Presidente Lula, determinação essa de universalização do
48 acesso ao direito à previdência social e que a Funai estivesse mais integrada às políticas
49 públicas. Agradeceu também à presença do Senador Augusto Botelho, reiterando a
50 importância de seu trabalho junto ao Senado Federal para dar maior celeridade aos
51 processos conexos com a assinatura do Acordo. Após os comentários feitos, o Sr. Ministro
52 José Barroso Pimentel passou para a assinatura do Termo de Cooperação Técnica. Após a
53 assinatura, o Sr. Ministro, em função de um evento na Procuradoria-Geral da União,
54 transferiu a presidência da reunião ao Sr. Helmut Schwarzer, Secretário de Políticas de
55 Previdência Social (MPS), desejando a todos um ótimo dia e um bom trabalho. O Sr. Helmut

56 Schwarzzer informou que deveriam fazer a aprovação da Ata da 154ª Reunião Ordinária, que
57 foi aprovada com ressalvas do Sr. Marco Antônio Reis Guarita (CNI) e da Sra. Danielle Silva
58 Bernardes (CNA). O Sr. Presidente explicou que, conforme já havia sido informado, esta
59 reunião havia sido antecipada devido à data para a consolidação da Proposta Orçamentária
60 Global do Governo Federal, passou então a palavra ao Senhor José Luiz Barros Júnior,
61 Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças e Contabilidade do Ministério da Previdência
62 Social (MPS), agradecendo-lhe o tempo e a disposição em participar desta reunião.
63

64 **IV – ORDEM DO DIA**

65 1 – Apresentação da Proposta Orçamentária do Ministério da Previdência Social para 2010.

66
67 O Sr. José Luiz de Barros Júnior, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças e
68 Contabilidade do Ministério da Previdência Social (MPS), que após se identificar informou
69 que a apresentação deveria ser um pouco mais breve do que a do ano anterior devido ao
70 fato de muitos dos valores não terem sido realmente definidos e que o material
71 encaminhado era uma cópia resumida da estrutura da Proposta de Lei Orçamentária.
72 Informou ainda que a presente proposta contemplava integralmente a proposta original, com
73 exceção de sentenças judiciais e amortização e encargos da dívida externa. Ele esclarece
74 que no caso das sentenças judiciais, embora fosse possível fazer estimativa, até meados de
75 junho, quando foi elaborada a proposta, não havia sido possível precisar seu valor; outra
76 questão importante era a relativa ao Fundo do Regime que por falta das atualizações das
77 últimas grades de parâmetros tampouco foi possível precisar tais valores. No tocante a
78 despesas com pessoal, ele esclareceu que este é o único valor que pôde ser definido, dado
79 que o Ministério do Planejamento é quem tem competência tanto para a aprovação de
80 concurso quanto para a aprovação de negociação salarial, portanto a folha de pagamento é
81 um fator que pode ser calculado com relativa antecedência pelo Ministério do Planejamento.
82 Por se tratar de um momento de negociação, o Coordenador informou que a proposta do
83 Ministério da Previdência para o exercício de 2010 começa com um montante de 3,07
84 bilhões, o que representaria um valor superior ao limite proposto pelo Ministério do
85 Planejamento, fato que denotaria, segundo ele, a necessidade de discutir valores
86 previamente, não apenas por uma questão de competência regimental deste Conselho de
87 aprovar o orçamento, mas também para dar respaldo às referidas negociações que serão
88 iniciadas. Ele informou que em linhas gerais este seria o estágio da elaboração da proposta
89 e que os números expostos eram os números da Previdência. Acrescentou também que
90 normalmente utilizava-se como parâmetro de comparação o próprio valor da Lei
91 Orçamentária ou até mesmo o Projeto de Lei Orçamentária do exercício anterior, mas neste
92 ano optou-se por fazer de forma diferenciada. Ficou definido que dentro das Atividades
93 Finalísticas, a Secretaria da Previdência Social – SPS propôs para o ano de 2010 nove
94 milhões, o que representaria uma ampliação de três milhões. Para ele as maiores
95 ampliações ficaram na área de fiscalização e na de ampliação, com cerca de oitocentos mil
96 reais em demandas de pesquisa da própria Secretaria e que o Ministério teria a um projeto
97 para deslocar esta área para o INSS, o que deslocaria também a dotação financeira. O Sr.
98 Helmut Schwarzzer esclareceu que na verdade o INSS iria criar uma área operacional dentro
99 da diretoria para tratar especificamente dos benefícios por incapacidade da saúde do
100 trabalhador e no caso da Secretaria existe um Departamento que se ocupa da formulação
101 de políticas públicas. O Sr. José Luiz de Barros Júnior explicou que na Secretaria da
102 Previdência Complementar a ampliação de 2009 para 2010 seria basicamente um milhão de
103 reais, dos quais o valor proposto para a fiscalização seria de um milhão e cem reais. Ele
104 lembrou ainda que a Secretaria de Previdência Complementar não possui estrutura própria
105 e que suas representações ficam dentro da estrutura do INSS e que a idéia seria fazer com
106 que no ano de 2010 houvesse um rateio das despesas de custeio entre o INSS e a SPC.
107 Em relação ao Conselho de Recursos da Previdência Social a ampliação mais expressiva é
108 de onze milhões de reais devido a um processo de aumento que já vinha acontecendo
109
110

111 desde 2007. O Sr. Coordenador esclareceu que deste montante de onze milhões, um valor
112 entre seis e sete milhões seriam da contribuição com o INSS. A Assessoria de Pesquisas
113 Estratégicas e o Gerenciamento de Riscos, uma área de combate à fraude que atua junto
114 com a Polícia Federal fazendo investigações de fraudes nos benefícios, se manteve no
115 mesmo patamar de proposta. Na referida proposta haveria ainda uma ampliação substancial
116 programada nas ações de publicidade. Quanto à Unidade de Coordenação de Projeto –
117 UCP que é uma área que utiliza recursos externos para custeio de projetos, em especial na
118 área dos regimes próprios e compra de equipamentos, apresentou uma redução da
119 proposta orçamentária. No âmbito de atuação da Coordenação Geral de Logística e
120 Serviços Gerais houve um aumento de um milhão, inferior a cinco por cento, segundo ele
121 isso contempla basicamente as repactuações que ocorreram nos contratos administrativos.
122 A Coordenação Geral de Informática teve uma ampliação devido às demandas de serviço
123 de desenvolvimento tanto da SPS quanto da SPC. Ele informou que o total da variação da
124 administração direta é de um aumento de vinte e sete milhões do valor demandado e
125 corrigido em 2009 para 2010. Finalizando sua apresentação, explicou que com relação ao
126 INSS, devido a ampliações previstas, o orçamento sofreria uma variação de duzentos e
127 trinta e oito milhões a mais de 2009 para 2010 e poderia cair quinhentos e cinco milhões no
128 caso de aprovação dos créditos de obras ainda em 2009. O Sr. Helmut Schwarzer
129 agradeceu a apresentação e abriu a palavra aos conselheiros. O Sr. Jerônimo Rodrigues
130 Filho (SINTAP) externou sua preocupação com a redução dos valores destinados à
131 capacitação dos servidores. O Sr. Benedito Adalberto Brunca, Diretor de Benefícios do
132 INSS, explicou que o motivo da redução de benefícios estava ligado à concessão de bolsas
133 de estudo, tanto para graduação como para pós-graduação, e que embora o número de
134 bolsas concedidas no ano anterior tivesse diminuído, ele esperava que novas bolsas fossem
135 ofertadas. Alguns conselheiros manifestaram suas opiniões e dúvidas que foram
136 esclarecidas pelo Sr. Benedito Adalberto Brunca e pelo próprio Sr. José Luiz de Barros
137 Júnior. O Sr. Helmut Schwarzer aproveitou a oportunidade para informar aos presentes que
138 a Câmara dos Deputados aprovou a proposta de criação da PREVIC e que agora o projeto
139 estaria tramitando no Senado Federal. O Sr. Jerônimo Rodrigues Filho (SINTAP) informou
140 que tinha um ofício para entregar ao Sr. Ministro. O Sr. Helmut Schwarzer solicitou que
141 fosse registrado que o Conselheiro Jerônimo entregou um ofício solicitando uma conferência
142 sobre perícias médicas. Em seguida passou à palavra ao Sr. Benedito Adalberto Brunca,
143 Diretor de Benefícios do INSS.

144
145

146 2 – Benefício por Incapacidade e Perícia Médica.

147

148 O Sr. Benedito Adalberto Brunca, Diretor de Benefícios do INSS, explicou que trataria de um
149 tema que já vinha sendo apontado pelos conselheiros como um tema de fundamental
150 importância: atividade médico-pericial no âmbito do INSS. Ele informou que os conselheiros
151 já haviam recebido os dados da apresentação, mas de todas formas ele apresentou os
152 dados e os números da referida atividade, dividindo-os por região e estados, classificando-
153 as de acordo com a sua natureza. Destacou que a situação no Paraná deve ser vista como
154 o maior desafio, pois tal estado era visto como um exemplo de eficiência e agora enfrenta
155 dificuldades significativas. Quanto à questão qualitativa, o Diretor informou que a busca por
156 uma uniformidade na tomada de decisão era uma preocupação da Diretoria de Benefícios,
157 do INSS, do próprio Ministério, em relação à qualidade do trabalho médico realizado. Ele
158 citou que durante os três últimos anos tem-se elaborado diretrizes médico-periciais,
159 constituindo-se grupos de trabalho a partir de um processo de seleção interna para os
160 servidores, de forma a encontrar soluções que pudessem facilitar o conjunto de atuação. Ele
161 disse que outro dado importante é que o médico pode ser perito em área distinta de sua
162 especialidade. Quanto à relação de benefício de prestação continuada, ele esclareceu que
163 havia uma nova perspectiva de atuação e que tal perspectiva estava fixada no Decreto
164 6.214/2007 e que passou a vigorar no dia 01/06/09. Ele informou que está sendo introduzido
165 este novo conceito e fazendo um amplo processo de capacitação de todos os médicos e

166 assistentes sociais da casa e que esta atividade de capacitação estaria sendo conduzida em
167 parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de forma a
168 implementar um novo critério de avaliação aos médicos e assistentes sociais. Para concluir
169 sua fala, ele disse que sua intenção era trazer em um primeiro momento tais informações,
170 para que a partir de agora pudesse ser debatido entre os conselheiros. O Sr. Helmut
171 Schwarzer agradeceu à explanação feita e abriu a palavra aos conselheiros para dúvidas ou
172 sugestões. O Sr. Nilson Santos Bahia (Força Sindical) elogiou o trabalho apresentado, citou
173 o exemplo dos comentários ouvidos na cidade de Salvador a respeito dos problemas
174 periciais vividos pela população e informou que ainda há muito trabalho para tornar o
175 sistema previdenciário brasileiro eficaz. O Sr. José de Sousa Vilarim (UGT) afirmou que a
176 preocupação demonstrada pelo INSS em oferecer um bom atendimento é de suma
177 importância e elogiou a qualidade do material apresentado. O conselheiro Jerônimo
178 Rodrigues Filho (SINTAP) parabenizou o trabalho que está sendo feito e disse que o grande
179 desafio é colocá-lo em prática. A Sra. Danielle Silva Bernardes (CNA), também aproveitou o
180 ensejo para elogiar o trabalho realizado e informou que seu questionamento era relativo à
181 parte operacional com uma necessidade real de que o sistema de concessão de benefícios
182 seja revisto. O Sr. Evandro José Morello (CONTAG) reconheceu que a o atendimento da
183 perícia médica é o mais complicado dentre os atendimentos feitos pela previdência e
184 sugeriu a elaboração de um material educativo, uma espécie de cartilha sobre a questão
185 das perícias médicas que pudesse ajudar no diálogo social. O Sr. Benedito Adalberto
186 Brunca afirmou acreditar em um modelo que buscasse uma relação de transparência e que
187 no meio de tantos bons profissionais existem médicos pouco éticos, o que representa um
188 exercício constante em âmbito local. Aproveitou a oportunidade para tratar do tema da ética
189 dos médicos responsáveis pela perícia, passando em seguida a palavra a Sra. Filomena
190 Maria Bastos Gomes, Coordenadora-geral de Benefícios por Incapacidade do INSS, que
191 iniciou a sua fala falando sobre o acompanhante e que os peritos são informados que os
192 pacientes tem a liberdade de tê-los presente durante a fase de entrevista ou para precisar
193 alguma informação durante a perícia. Após debate, o Sr. Benedito Adalberto Brunca
194 agradeceu a oportunidade de fazer a sua apresentação e informou que ele e toda sua
195 equipe estarão sempre à disposição para o que preciso for, no caso de ter que trazer o tema
196 novamente para a reunião do Conselho. O Sr. Helmut Schwarzer agradeceu ao conselheiro
197 pela apresentação e perguntou aos demais conselheiros se havia mais alguma
198 manifestação a ser feita. O Sr. Jerônimo Rodrigues Filho (SINPAT) colocou que se fosse da
199 vontade do Sr. Benedito Adalberto Brunca ele poderia fazer um relatório apresentando as
200 falhas do benefício por incapacidade e perícia médica.

201

202 **V – OUTROS ASSUNTOS**

203

204 O Sr. Helmut Schwarzer ao tratar da definição da pauta de 157ª Reunião que será realizada
205 em 26 de Agosto de 2009, colocou que qualquer manifestação por parte dos conselheiros
206 poderia ser feita durante os próximos dias ou mesmo por escrito.

207

208 **VI – ENCERRAMENTO**

209

210 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Helmut Schwarzer, Secretário de Políticas de Previdência
211 Social (MPS), que estava presidindo a Reunião, agradeceu a presença de todos e declarou
212 encerrada a 156ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.
213 Para contar, eu Helmut Schwarzer, Secretário de Políticas de Previdência Social (MPS),
214 lavrei a presente ata. Brasília, 22 de Julho de 2009. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX